

Eis os resultados finais (ou quase) da avaliação aos centros de investigação

Ainda estão a ser analisadas, por um novo painel de peritos, 53 “reclamações científicas” à avaliação da FCT aos centros de investigação. Os resultados mesmo finais deverão ser conhecidos em Novembro

Política científica Ana Gerschenfeld

Representantes da European Science Foundation (ESF) – a entidade que, em 2013, foi incumbida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) de avaliar os centros de investigação portugueses – estiveram ontem em Lisboa para apresentar o seu “relatório final” sobre esse exercício.

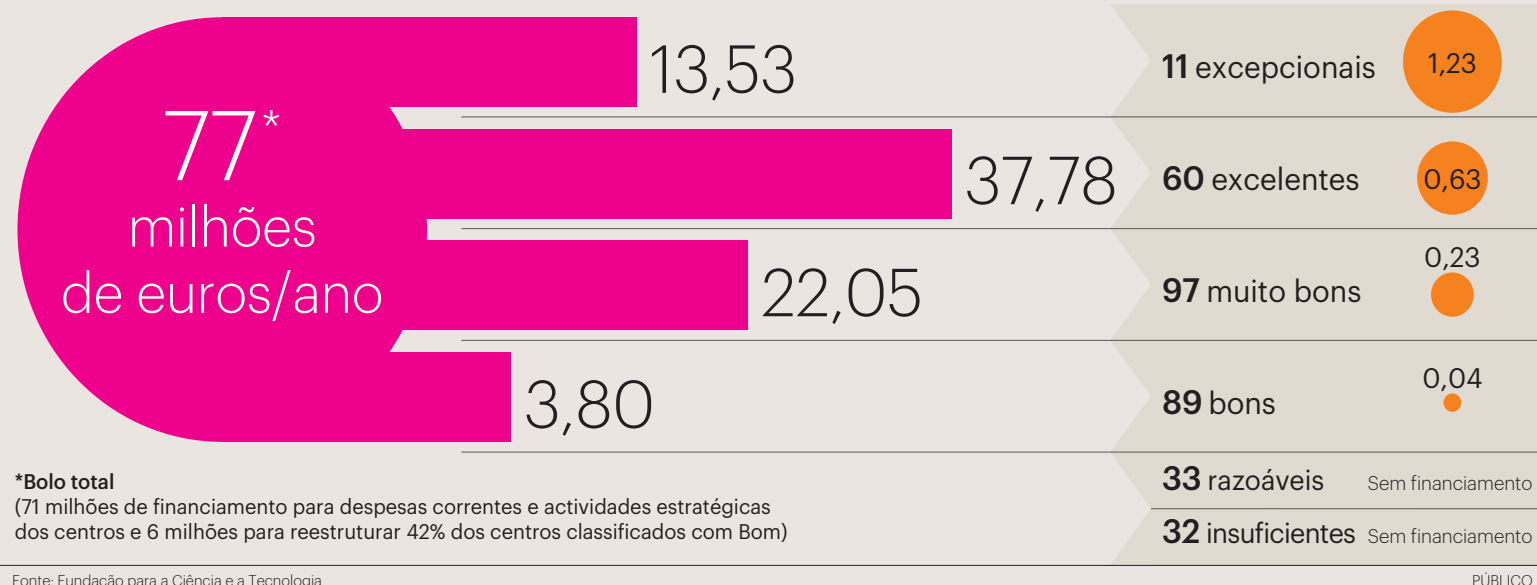
Este processo de avaliação, que suscitou – e ainda suscita – muitas críticas por parte da comunidade científica, estava estruturado em duas fases. Logo na primeira, 154 (cerca de 48%) dos 322 centros que se candidataram à avaliação tiveram uma nota insuficiente para passarem à segunda fase – que era aquela que daria acesso à maior parte do dinheiro para despesas de investigação –, ficando portanto com a vida, no mínimo, dificultada. Apenas 52% dos centros deverão assim dispor de verbas que lhes permitam não só continuar a funcionar, mas também desenvolver os seus projectos de investigação, nos próximos cinco anos.

No balanço agora tornado público e apresentado em Lisboa por Nicolas Walter, responsável científico da ESF, dos 154 centros “chumbados” na primeira fase, 32 tiveram nota Insuficiente, 33 nota Razoável e 89 nota Bom. Só os que tiveram Bom terão direito a algum financiamento. Do lado dos 168 centros que passaram à segunda fase – e que vão partilhar a maior fatia das verbas disponíveis –, 97 tiveram nota Muito Bom, 60 nota Excelente e 11 nota Excepcional.

O montante total do financiamento anual orçamentado para 2015-2020 era inicialmente de 71 milhões de euros. Mas passou para 77 milhões de euros com o acréscimo de um “fundo de reestruturação estratégica” destinado a permitir a alguns centros reorganizarem-se. Como explica a FCT num resumo dos resultados da avaliação disponível no seu *site*, 42% dos centros com nota Bom (ou seja, “chumbados” na primeira fase) deverão beneficiar de parte dessas verbas adicionais. Mas, mesmo assim, o montante global destinado aos 89 centros que tiveram Bom será de apenas 3,8 milhões de euros por ano – em média, uns 40.000 euros anuais por centro.

Para onde vai o dinheiro

Valores em milhões de euros/ano



A avaliação decorreu no mandato do ministro da Ciência Nuno Crato

Os 97 centros que tiveram Muito Bom recebem 22,05 milhões de euros por ano (em média, 230.000 euros); os 60 que tiveram Excelente têm direito a 37,78 milhões por ano (em média, 630.000 euros); e os 11 centros com nota Excepcional vão ter 13,53 milhões anuais (em média, 1,23 milhões de euros).

Chumbados a priori

Para os críticos, o que está em causa na avaliação não é só o facto de tantos centros terem sido desqualificados, pondo em causa o futuro do sistema científico nacional. A acusação

é mais grave: a FCT terá condenado *a priori*, deliberadamente, metade do sistema científico português ao desparecimento. Isto porque, no contrato entre a FCT e a ESF, descobriu-se que tinham sido definidas quotas à partida, que iriam fazer com que só uns 50% dos centros conseguissem passar à segunda fase.

Ontem, perante cerca de duas dezenas de cientistas, de responsáveis da FCT e da secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira – e na ausência quase total de jornalistas (o convite para a reunião chegou à redacção do PÚBLICO na véspera,

uns minutos antes das 20h) –, Nicolas Walter fez, durante mais de hora e meia, uma revisitação profunda do processo de avaliação, dos problemas que tinham surgido e das lições a tirar. Como fez notar ironicamente alguém na assistência no fim da “palestra”, ela durou mais de metade do tempo atribuído, na segunda fase da avaliação, às visitas dos avaliadores a cada centro de investigação.

Nicolas Walter tentou desmontar a questão das quotas estipuladas no contrato: “Escrevi isso no contrato, a culpa foi minha”, declarou com ar arrependido. “Só pedimos à FCT uma estimativa [da taxa previsível de sucesso], baseada na avaliação de 2007. Eu deveria ter especificado que era uma estimativa”, acrescentou.

“Os recursos necessários foram calculados com base nesses 50%”, rematou Martin Hynes, responsável máximo pela avaliação do lado da ESF, também presente na reunião. “Se 70% dos centros tivessem passado para a segunda fase, isso teria sido um verdadeiro problema, porque teríamos tido de renegociar com a FCT os recursos externos.” Uma declaração que, talvez ao contrário do pretendido, não parece deixar lugar para dúvidas: o chumbo de metade dos centros de investigação era preferível ao incómodo de uma renegociação do contrato com a FCT.

No fim da apresentação, a investigadora Ana Cristina Santos, do Centro de Estudos Sociais de Coimbra, perguntou aos elementos da ESF: “Como é que avaliam o impacto da avaliação na ciência deste país? O exercício teve consequências, teve impactos muito directos nas pessoas, nos nossos colegas, em nós próprios; levou a que áreas inteiras do conhecimento fossem apagadas. A quem cabe a responsabilidade final deste exercício?”

Mais uma vez, a posição de Martin Hynes foi clara: “Nós fornecemos uma opinião especializada, mas em última análise a responsabilidade das decisões tomadas é da FCT.”

Ao encerrar a sessão, a actual presidente da FCT, Maria Arménia Carro, aproveitou para lembrar que só entrou em funções (em substituição de Miguel Seabra, que se demitiu em Abril) já no fim da avaliação – não tendo, por isso, tido grande envolvimento na maior parte do processo.

Apesar de terem sido apresentados como finais, os resultados poderão ainda sofrer alterações. O resumo da FCT refere que estão a ser analisados 53 pedidos de reclamação relativos a questões de natureza científica. Os pedidos foram submetidos a um “novo painel de reclamação” e os resultados, segundo uma porta-voz da FCT contactada pelo PÚBLICO, deverão ser conhecidos em Novembro.